

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.699 - MG (2019/0269598-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : PAULO VINICIUS DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : FELIPE DE PAULA ALVES - MG145854
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por PAULO VINICIUS DA SILVA em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado:

HABEAS CORPUS – TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O MESMO FIM – PRISÃO PREVENTIVA – REVOGAÇÃO – PRESENÇA DOS ELEMENTOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR – DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. A decretação da custódia cautelar, independentemente de qualquer providência cautelar anterior, apenas deverá ocorrer em situações absolutamente necessárias, a saber, caso se encontre provada a presença dos requisitos do art. 312 do CPP, quais sejam, risco à ordem pública, econômica, conveniência da instrução criminal ou para assegurar o cumprimento da lei penal, aliada às circunstâncias do art. 313 do CPP. Se o MM. Juiz fundamenta a decisão com as suas razões de decidir se sustentando em dados concretos dos autos demonstrando a necessidade da segregação, não há que se falar em constrangimento ilegal.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, juntamente com outro corréu, custódia convertida em preventiva, pela prática dos delitos de tráfico de entorpecentes e de associação para o tráfico.

Impetrado *mandamus* na origem, o Tribunal local denegou a ordem.

Daí o presente recurso, em que o recorrente sustenta, em síntese, que inexistem fundamentos para a decretação da sua prisão preventiva, entendendo possível a sua substituição por medidas cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para deferir a liberdade provisória ao recorrente, mediante a aplicação de outras medidas cautelares menos gravosas do que a prisão.

A liminar foi indeferida e as informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

Na origem, ação penal n. 0028883-82.2019.8.13.0153, a parte foi intimada para apresentar defesa prévia, em 16/9/2019, consoante informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 1º/10/2019.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional transcrito no acórdão atacado assim dispôs:

[...] a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva está satisfatoriamente fundamentada, nela não se vislumbrando qualquer vício capaz de ensejar a sua desconstituição, confira-se:

(...) A autoridade policial comunicou a prisão em flagrante de Leonardo Moraes da Silva e Paulo Vinicius da Silva, que foram autuados em 03 de julho de 2019, dando-os como incurso no art. 33 e art.35, ambos da Lei 11.343/2006.

Analisando os autos, verifico que o flagrante obedeceu às formalidades legais, tendo sido ouvidos o condutor, testemunhas, vítimas e o flagrado, razão pela qual o homologo.

Relatei. Decido.

Cuida-se de análise de conversão da prisão em flagrante em custódia preventiva.

Debruçando-me detidamente sobre o pedido e as informações que o acompanham, penso que se afiguram presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, permissores da conversão perseguida.

A prova da materialidade se faz presente através dos laudos toxicológicos preliminares de ff. 13 e 14 e das declarações colhidas por ocasião de lavratura do APFD.

Igualmente, os indícios de autoria, com efeito, estão suficientemente demonstrados através dos relatos das testemunhas, cabendo destacar as declarações do condutor, f. 03:

(...) A corroborar as declarações do condutor, têm-se os depoimentos das testemunhas, sendo que Thaina Batista da Silva (f. 06) afirmou que (...). A testemunha Taina Gessy Domingos Pereira (f. 08) também informou que (...).

O autuado Paulo Vinicius da Silva negou envolvimento com os fatos em apuração (f. 13).

O autuado Leonardo Moraes permaneceu em silêncio (f. 15).

Sobreleva anotar que, conforme exames preliminares de substância entorpecentes, foram apreendidas, em princípio, (1) 07 unidade de crack e (2) uma pequena porção de cocaína em papelote. Assim, a quantidade e variedade de drogas apreendidas, aliadas às circunstâncias em que foi realizada a apreensão, indicam, em juízo sumário, a destinação comercial da droga, o que revela que a conduta dos agentes é de alto grau de reprovabilidade, pois indicativa de desrespeito aos preceitos ético-jurídicos que norteiam a sociedade.

Dessa forma, a prisão preventiva, na hipótese, tem por escopo evitar a prática de novos crimes, inclusive, impedindo que a coletividade, venha a

se sentir desprotegida e atemorizada; até porque o traficante faz do comércio pernicioso o seu meio de vida e a ordem pública local tem sido reiteradamente ofendida pela prática, que se tornou usual e vezeira, de crimes de tráfico ilegal de droga.

Ademais, **as circunstâncias do flagrante, corroboram, em juízo sumário, a necessidade de se acautelar a ordem pública, existentes indicativos concretos de reiteração delitiva.**

Diante do exposto, restou evidenciada, neste juízo de cognição sumária, a presença de materialidade delitiva e de indícios suficientes de autoria.

Ademais, a sopesar em desfavor dos autuados, há o registro de envolvimento de fatos de natureza criminal, conforme se afere das CACs, sendo certo que “o contato reiterado com a justiça criminal é fundamento hábil à manutenção da prisão provisória para que os pacientes não voltem a delinquir colocando em risco a sociedade” [e o] princípio da inocência não alcança os institutos do Direito Processual. 5ª Ordem denegada. (TJMG – Habeas Corpus Criminal 1.0000.15.066221-1/000, Relator(a): Des.(a) Pedro Vergara, 5ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 22/09/2015, publicação da súmula em 29/09/2015), razão pela qual penso evidenciada a necessidade de acautelar-se a ordem pública, na forma do art. 282, I, CPP, já que há forte indicativo da repetição delitiva, afigurando-se imperiosa o decreto de custódia preventiva dos agentes.

Nesse contexto, a segregação provisória revela-se a medida cautelar processual penal mais adequada, não se revelando eficazes ou recomendáveis quaisquer das outras medidas elencadas no art. 319 do CPP.

Posto isso, com fulcro nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante em custódia preventiva dos autuados Leonardo Morais da Silva e Paulo Vinicius da Silva. (...)

Como se vê, consta da decisão de prisão circunstância fática que demonstra a gravidade concreta do crime, em face da expressiva quantidade de drogas apreendidas, tratando-se de 4,15 gramas de cocaína e 70,24 gramas de crack (fls. 53-56). Além disso, consta também a reiteração delitiva, evidenciada pelo fato de que *há o registro de envolvimento de fatos de natureza criminal, conforme se afere das CACs*, sendo apresentados fundamentos que, neste exame liminar, devem ser considerados idôneos.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime –

Superior Tribunal de Justiça

Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Ademais, este Tribunal tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Por fim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Deste modo, não se denota ilegalidade apta a ensejar reparação por esta Corte Superior.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Relator